



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e seis de março de dois mil e treze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Em seguida, solicitou a leitura das Atas das Reuniões: Ordinária do dia doze de março e Extraordinária do dia dezoito de março de dois mil e treze. Em votação, foram aprovadas. O vereador José Guedes registrou que a obra do Posto do Cascalho é uma indecência imoral, pois não anda. Disse que foi informado de que no contrato desta obra não reza a laje, um absurdo feito pela prefeitura, que prejudica o povo da região. O Senhor Secretário proferiu leitura de requerimento aprovado do vereador André Luiz Vieira da Silva: “Requer à Mesa Diretora seja criada uma Comissão de Representação a fim de verificar junto aos órgãos competentes quais entraves burocráticos para que se coloque o mais rápido possível uma tela ou cerca de proteção por toda a extensão da ponte do viaduto dos Cristais”. O vereador André Luiz Vieira da Silva reiterou que considera este assunto de alta prioridade e extrema urgência para a Câmara, com todo respeito aos membros da Comissão de Segurança e Transporte da Casa, pela qual foi informado de que



providências estão sendo tomadas. Registrou que é de extrema necessidade e importância a criação de uma Comissão Especial com a finalidade de tratar especificamente deste assunto porque a coisa vem tomando proporções descabidas. Registrou que após o requerimento, já ocorreram mais uma morte trágica e outra tentativa que não se consumou graças a Deus, por isto não devem esperar. O vereador José Guedes falou que entra prefeito, sai prefeito e ninguém resolve o problema do maldito viaduto. Afirmou que os dez vereadores têm a obrigação de reunir com o Prefeito Cássio e tomar providências, sem esperar DER ou governador, para acabar com esta maldição em Nova Lima, pois cinquenta e uma pessoas se suicidaram naquele local. O vereador Flávio de Almeida informou que a Comissão de Segurança e Transporte tem trabalhado e conversado com pessoas que podem ajudar, mas não fazem milagres ou interferem na agenda das mesmas a fim de trazê-las para uma reunião na Câmara. O Senhor Presidente sugeriu inserir o assunto na pauta da reunião agendada com o Prefeito. Lembrou que luta por isto desde que entrou na Câmara no ano de dois mil. Relatou que está tentando fazer um contato para levar todos os vereadores ao DER a fim de solicitarem anuência para que a Prefeitura possa fazer algo no viaduto. O vereador José Guedes solicitou que convidem o Judiciário no dia em que forem a Belo Horizonte. O Senhor Presidente informou que a Promotora está ciente e vai ajudar. O vereador Leci Alves Campos comunicou que o diretor do Hospital Villa da Serra cobrou do seu gabinete a correspondência convidando-o para vir à Câmara falar sobre o fechamento do Pronto Atendimento Pediátrico. Reiterou o pedido para a Secretaria fazer



a convocação e o agendamento. Registrou que tem visto alguns funcionários da Consita, empresa contratada pela Prefeitura para limpeza de ruas, usando camisas da Prefeitura Municipal de Sarzedo, o que é um absurdo. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.288/2013, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Rua Espírito Santo. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Leci Alves Campos para atuar como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição; 2) Projeto de Lei nº 1.295/2013, autoria do Poder Executivo, que “Altera no que determina a Lei Municipal nº 1.867 de 21/06/2005, além de dar outras providências”. O Senhor Presidente informou que o referido projeto dá entrada na Câmara, mas não vai encaminhá-lo à Comissão de Legislação e Justiça, pois a Casa irá discuti-lo; 3) Projeto de Lei nº 1.296/2013, autoria do vereador Nélio Aurélio de Souza, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Alameda Oscar Niemeyer. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente retirou da pauta os Projetos de Lei 1.285/2013 e 1.286/2013 para realizarem maior discussão. Prosseguindo, solicitou leitura: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.290/2013, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Bloco na Contramaão. A Comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 2) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais;



Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.291/2013, que “Institui o Conselho Municipal do Trabalho e Renda do Município de Nova Lima, CMTR, o Fundo Municipal de Trabalho e Renda, FMTR, além de dar outras providências”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira solicitou à Mesa Diretora a dispensa de interstícios para procederem à votação. O Senhor Presidente consultou o Plenário. O Senhor Secretário verificou que as assinaturas dos vereadores André Luiz Vieira da Silva e José Guedes não constam no parecer conjunto. O Senhor Presidente assumiu que errou e esclareceu que o parecer nem poderia ser lido, pois faltam duas assinaturas. Solicitou ajuda e colaboração aos vereadores. O vereador André Luiz Vieira da Silva explicou que não assinou o parecer porque não foi chamado para nenhuma reunião e nem para assinar. O Senhor Presidente lembrou que na última sessão, a Casa realizou acordo para todos assinarem este parecer conjunto. O vereador José Guedes perguntou à Presidente da Comissão de Orçamento quantos funcionários serão e seus salários. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira esclareceu que lhe foi fornecido pelo Secretário de Trabalho e Renda o Organograma da Secretaria porque o Conselho e o Fundo serão designados pelo Prefeito. Informou que o projeto fala que o Conselho é paritário, são nove representantes designados pelo Prefeito Municipal. Ressaltou que o projeto inclusive diz que ninguém será remunerado. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou que esta discussão não estaria acontecendo se tivessem sido chamados para discutir o projeto. Afirmou que a decisão da Casa de fazer o parecer conjunto não invalida a reunião das comissões. Registrou que as comissões devem reunir e todos



discutir o projeto. O Senhor Presidente disse que é obrigação dos presidentes das comissões convocar os membros para reunião. O vereador José Guedes falou que vai acompanhar o colega André porque a comissão não se reuniu e também não foi procurado para assinar o parecer conjunto. O Senhor Presidente afirmou que deveriam discutir na antessala para falarem um português mais claro. Informou que respeita o voto de qualquer vereador, mas considera que faltou um pouco de ética. O vereador Silvânio Aguiar Silva comunicou que a Comissão de Legislação e Justiça tem feito reuniões, inclusive com convocação, e discutiu o projeto. Relatou que na sala da Presidência mostrou o parecer para os vereadores José Guedes e André Luiz Vieira da Silva, e conversaram sobre o projeto. O vereador Flávio de Almeida esclareceu que quando solicitou o parecer conjunto esperava que votassem o projeto num prazo inferior ao normal, com o objetivo de fazer algo funcionar no município. Lembrou que o projeto está na Casa e cabe a cada vereador lê-lo, independente de reunião de comissão. Solicitou aos vereadores que não contem com ele quando pedirem a quebra de um prazo. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira informou que tentaram marcar uma reunião na sexta-feira, e não pôde contar com a presença do vereador André nem do vereador José Guedes. O Senhor Presidente sugeriu aos presidentes das comissões que façam a convocação por escrito e entregue aos gabinetes. O vereador José Guedes informou que não pôde vir na sexta-feira porque está enfermo. Contou que falou com a vereadora Ângela que estaria na Câmara na segunda-feira. Afirmou que não tem preguiça, tem raça e trabalha até doente. Salientou que concordaram com o parecer



conjunto, mas as comissões devem reunir. O vereador André Luiz Vieira da Silva ressaltou que não foi convidado para participar de reunião e não imaginava que sua assinatura faria a menor diferença. Disse que o projeto deve voltar na próxima semana para aprovarem ou não. O Senhor Presidente retirou de pauta o Projeto de Lei nº 1.291/2013 devido à ausência das assinaturas dos vereadores José Guedes e André Luiz Vieira da Silva no parecer conjunto. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou que convoca, publicamente, uma reunião da Comissão de Orçamento para segunda-feira, às quatorze horas. O Senhor Presidente pediu desculpas ao público pelo mal entendido; 3) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 238/2013, “Concede Título de Cidadã Honorária de Nova Lima à Sra. Dinah Barreto Martins”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário autorizou a inclusão na pauta e a leitura do Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.292/2013, que “Revoga a Lei Municipal nº 2.270, de 03/04/2012, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável ao projeto. O Senhor Presidente esclareceu que a proposição trata da devolução de uma Rua no Bairro Jardim Canadá ao município pela empresa Líder Guindastes. O Plenário também dispensou pareceres e interstícios para a votação do projeto. O vereador José Guedes salientou que a devolução desta rua ao município é uma grande correção feita pela Promotoria e o atual Prefeito. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira comunicou aos vereadores, principalmente aos da Comissão de Orçamento, que o Município voltará dinheiro para a empresa. O Senhor Presidente



colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.292/2013, que “Revoga a Lei Municipal nº 2.270, de 03/04/2012, além de dar outras providências”. Em discussão, o vereador Flávio de Almeida registou que hoje a Casa faz grande justiça para aquela comunidade. Lembrou que no passado a Prefeitura errou junto com a Câmara que aprovou o projeto. Relatou que será muito beneficiado porque se trata da rua de sua casa, na qual passou durante vinte e três anos e num belo dia não pôde passar. O Senhor Presidente lembrou que como Presidente não votou este projeto. Em primeira e segunda votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer ao Prefeito Municipal a colocação de placas indicativas de denominação de via pública em Honório Bicalho. Em discussão, o vereador José Guedes relatou que fez este requerimento inúmeras vezes e não foi atendido até hoje. Disse que confia no Cássio e espera que a nova administração coloque as placas nas ruas, pois é obrigação e não favor. Registrou que são nomes de nova-limenses nobres que devem ser respeitados; citou alguns: Clemer Gouvêa, Padre João Marcelino, Ernani Pessoa e Arísio Silva, dentre outros. O vereador Gilson Antônio Marques ressaltou que entrou com este requerimento na semana passada. O Senhor Presidente informou que solicitou ao Prefeito que atenda os requerimentos conforme as datas de protocolo. O vereador Fausto Niquini Ferreira lembrou que estava ausente na reunião anterior, mas a data de seu requerimento precede a do vereador Gilson. Disse que podem assinar juntos. O vereador José Guedes sugeriu ao Senhor Presidente, considerando que os



requerimentos são protocolados com data e hora, que peça à Secretaria para não aceitar requerimentos com o mesmo teor, prevalecendo o primeiro protocolado. O Senhor Presidente informou que irá analisar a sugestão. Aprovado, nove votos. Do vereador Gilson Antônio Marques: 1) Requer ao Prefeito Municipal que providencie junto à Copasa a extensão de rede de abastecimento de água potável no bairro Campo do Pires, próximo à estrada que dá acesso à barragem que está sendo construída próximo aos Cristais. Aprovado, nove votos; 2) Requer ao Prefeito Municipal que providencie junto à secretaria competente a recuperação total da quadra do bairro Honório Bicalho. Aprovado, nove votos; 3) Requer ao Prefeito Municipal que providencie junto à secretaria competente a reabertura das vias de acesso e de trânsito do bairro Fazenda do Benito. Aprovado, nove votos. Do vereador Leci Alves Campos: 1) Requer ao Prefeito Municipal a apresentação do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional dos Servidores Públicos Municipais. Aprovado, nove votos; 2) Requer ao Prefeito Municipal a criação do Centro de Recuperação de Toxicômanos. Aprovado, nove votos; 3) Requer que o Prefeito Municipal disponibilize outros serviços de internet. Aprovado, nove votos. Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: 1) Requer ao Prefeito Municipal o asfaltamento da Rua Boa Esperança no bairro Nossa Senhora de Fátima. Aprovado, nove votos; 2) Que seja solicitado ao Prefeito Municipal junto à secretaria responsável, o atestado médico de aptidão de prática esportiva para todos os atletas da Liga Municipal de Desportos. Em discussão, o vereador José Guedes parabenizou o autor. Falou que a prefeitura deve ajudar e colocar médicos contratados à disposição do futebol



amador. Contou que solicitou ao Cássio que melhore a miséria de dois mil reais dada aos clubes. O vereador Fausto Niquini Ferreira relatou que foi procurado pelo presidente da Liga Municipal de Desportos para fazer atestados e negou. Esclareceu que medir pressão arterial não é suficiente para comprovar aptidão física para jogar bola, é irresponsabilidade dar atestado de aptidão física, apenas medindo a pressão arterial. Informou que, no mínimo, devem fazer: medir a pressão arterial, exame clínico, eletrocardiograma e eco cardiograma, o que custa em média trezentos reais. Afirmou que é necessário o apoio da prefeitura. O vereador Gilson Antônio Marques parabenizou o autor pela iniciativa. Falou que devem melhorar e expandir as conquistas, mas salienta que esta tal miséria nunca existiu e foi implementada pelo governo passado. Afirmou que crescer sem crítica é o que precisa ser feito. O Senhor Presidente comentou que considera difícil a prefeitura dar conta de contratar médicos e fazer exames caros e complicados em quatro mil atletas. Aprovado, nove votos. Do vereador Silvânio Aguiar Silva: 1) Requer ao Prefeito Municipal seja construída no Bairro Nova Suíça obra da Rua Projetada para que a mesma se estenda até a altura da Rua Goiás. Solicita ainda a iluminação pública em toda extensão da referida rua. Em discussão, o autor pediu o apoio dos colegas ao requerimento e que solicitem ao Prefeito a extensão e a iluminação da referida rua, obras importantes para a comunidade do bairro Nova Suíça. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou que espera que o Prefeito Cássio Magnani tenha o desprendimento de gastar porque construíram debaixo da rede de alta tensão e a CEMIG somente colocará energia subterrânea. O vereador Silvânio Aguiar Silva informou que



na semana passada esteve com o Prefeito no bairro e ele garantiu que fará esta obra. Aprovado, nove votos; 2) Requer ao Prefeito Municipal que medidas sejam tomadas por parte das Secretarias Municipais de Obras e Saúde com relação à piscina do Centro Poliesportivo dos Cristais. Em discussão, o autor contou que esteve no poliesportivo e percebeu a dificuldade, pois além da piscina há outros problemas. Disse que a piscina é um enorme foco de dengue e, por estar vazia, oferece riscos às crianças e adolescentes que exercem atividades esportivas no local. Solicitou o apoio dos pares para que a Prefeitura dê uma definição para aquela piscina. O vereador José Guedes parabenizou o autor. Falou que a prefeitura deve fazer a parte dela no combate à dengue. Contou que foi à uma reunião maravilhosa sobre saúde e, pela explanação da funcionária, o município tem agido. O Senhor Presidente parabenizou o autor pelo requerimento, lembrou que Poder Público e população devem agir juntos no combate à dengue. Aprovado, nove votos. Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer que a Casa envie ao Chefe do Poder Executivo um pedido para que seja transferida a atual Secretaria Municipal de Educação para outro imóvel neste Município de Nova Lima e transforme o local atualmente ocupado pela SEMED em um Centro de Educação Infantil (Primeira Escola) para crianças de zero a três anos, tendo em vista a alta demanda por vagas nas Escolas Infantis Municipais, principalmente pelo motivo de que aquele prédio foi projetado para ser escola, como funciona em parte dele. Em discussão, a autora esclareceu que sugere ao Prefeito que retire a Secretaria de Educação do Caic para que o local volte a ter sua destinação que é ser escola, atendendo, assim, um grande



número de crianças. Registrou que há uma grande demanda de crianças com zero a três anos que não frequentam escolas, cujas mães precisam sair para trabalhar e deixá-las em local seguro. Relatou que hoje a demanda reprimida de zero a três anos chega a novecentas crianças. O vereador José Guedes salientou que a Câmara lutou por construções de mais creches, mas devido trapalhadas, o Ministério Público embargou certas obras. Afirmou que dói seu coração saber que o ex-prefeito gastou milhões com propaganda enganosa, festas e jogou dinheiro do povo pelo ralo. Ressaltou que o que mais dói é o absurdo de a prefeitura receber, em dois mil de dez, uma verba destinada à construção de creches e não construir nem uma. O vereador Gilson Antônio Marques registrou que mais uma vez vale lembrar que o município não tinha nenhuma creche e foram construídas três. Lembrou que Nova Lima tem uma história de trezentos e doze anos, está começado e deve continuar. O vereador Flávio de Almeida registrou que seu coração corta quando ouve falar sobre crianças, tanto que há dezoito anos construiu uma creche e a mantém funcionando. Informou que em breve irão atender quase novecentas crianças com recursos de amigos e da prefeitura. Salientou que não adianta ficarem na Câmara com o coração cortando, sentindo muito, falando demais, fazendo inúmeros requerimentos, mas sem atitudes lá fora porque devem atuar em prol da comunidade por meio de exemplos. Parabenizou a vereadora pelo requerimento. O Senhor Presidente destacou que o debate sobre creches é importante e benéfico para o município. Recordou que os governos Vítor Penido e Carlinhos Rodrigues passaram e, agora, devem tratar do governo Cássio Magnani Júnior e trabalhar pelo presente e futuro de



Nova Lima. Aprovado, nove votos. O vereador Leci Alves Campos lembrou que no dia dois de abril, a Casa realizará homenagem ao cinquentenário das escolas de samba Unidos do Rosário e Monte Castelo. Solicitou ao Senhor Presidente uma redução da pauta para procederem ao evento. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio parabenizou e elogiou a equipe de Comunicação da Casa, em nome da Juliana, pelo Jornal Câmara em Pauta. O Senhor Presidente lembrou que na reunião anterior chamou alguns funcionários da prefeitura de “fumo”. Contou que o assunto rendeu. Informou que considera a maioria dos servidores do Jardim Canadá decentes, responsáveis, bons, honestos e direitos, mas há uns três ou quatro “fumos de rolo”. Relatou que não denunciou um destes “fumos de rolo” por extorsão porque um empresário não quis depor na prefeitura, nem fazer queixa na polícia. Esclareceu que defende os funcionários públicos, porém vai peitar os canalhas que querem extorquir empresários. Registrou que a Câmara anterior, com o Prefeito Carlinhos Rodrigues, foi a que mais valorizou o funcionário público em Nova Lima. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião._____